

PLANO DIRETOR DE EWALD JANSSEN

A representação de uma Goiânia dos anos 1950

Lucas Rezende Cruz¹

RESUMO

A cidade de Goiânia foi pensada como uma obra modernista no centro do cerrado brasileiro, e foi moderna ao ser palco de diversas relações econômicas entre o Estado, entidades privadas e topógrafos, engenheiros e urbanistas. O objetivo do trabalho é explorar a representação da cidade de Goiânia a partir de relatórios de caráter urbanístico produzidos entre 1952 e 1954 de autoria de Ewald Janssen, um alemão que chega à Goiânia em 1949. Dentro do método do Materialismo cultural, o presente artigo analisará as produções de Janssen, um desvio na narrativa romantizada da Nova Capital após menos de duas décadas de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Goiânia; Urbanismo; Materialismo Cultural.

ABSTRACT

The city of Goiânia was conceived as a modernist work in the center of the Brazilian's cerrado, and was modern as it was the scene of various economic relations between the state, private entities and surveyors, engineers and urban planners. The objective of the following work is to explore the representation of the city-Goiânia from urbanistic reports produced between 1952 and 1954 by Ewald Janssen, German who arrives in Goiânia in 1949. Within the method of cultural materialists, this article will analyze Janssen's productions, a detour in the romanticized narrative of the new Capital after less than two decades of existence.

KEYWORDS: Goiânia; Urbanism; Cultural Materialism.

INTRODUÇÃO

Neste artigo será explorada a tentativa de um imigrante alemão em recuperar a idealização moderna inicial à cidade de Goiânia. O método do materialismo cultural irá ajudar a compreender o contexto e os motivos para este resgate urbanístico da capital goiana. Irei apresentar neste trabalho uma breve discussão teórica dos conceitos utilizados na pesquisa, após isso, um balanço Historiográfico sobre o urbanismo em Goiânia e, por fim, a análise de três documentos datados do ano de 1952 que se arrematam em um Plano Diretor não praticado para Goiânia, feito pelo topógrafo alemão, Ewald Janssen.

Cito Goiânia como mais um exemplo da cientificidade eurocêntrica, que se confunde modernidade com industrialização e civilidade. A nova capital foi criada com o intuito de ser

¹Graduado em Licenciatura em História da Universidade Federal de Goiás, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás; ucajou@gmail.com

uma força industrial no oeste brasileiro. Assim como a Cidade de Goiás foi construída pelo que hoje conhecemos como a região sudeste, suas entradas e bandeiras em busca de ouro; o Estado Novo, em sua vertigem nacional-desenvolvimentista buscava explorar um novo território.

Ewald Janssen (1913-1991) integrou o corpo militar da Luftwaffe durante a segunda guerra mundial, tendo a patente de capitão, recebeu medalhas de bravura (WAR, 2018). Uma pesquisa detalhada de sua vida na Alemanha ainda não foi realizada, não priorizando alguns detalhes que explicam sua vinda ao Brasil. Em 1949, depois de passar por Portugal, chega a Goiânia com a esposa Elsbeth Janssen e a filha do casal, Elke Maren Janssen por convite do engenheiro alemão Werner Sonnenberg (CORDEIRO; FERREIRA, 2017).

Sobre as fontes aqui analisadas, escrevo de uma posição privilegiada, pois em 2018 integrei à equipe do projeto Ewald Janssen, no Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, que fez a organização, análise e acondicionamento dos mais de 1800 itens que compõem a coleção Janssen. Nisto, posso falar de forma segura sobre o fundo documental e trazer questionamentos novos para a pesquisa. Participei ativamente do projeto no último ano da minha graduação em História pela Universidade Federal de Goiás e, devido ao meu interesse despertado ao manusear diariamente o arquivo, levei o urbanista para a minha pesquisa de Pós-Graduação.

PENSANDO O URBANISMO

Déa Fenelon (2000) na introdução de “*Cidades: pesquisa em história*” escreve e dá sentido ao trabalho, que é o foco no estudo da cultura urbana, mediada pelas “relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade” (FENELON, 2000, p.6). Ela ainda reforça que tais imagens serão modificadas pelas experiências posteriores, um alerta a todos os historiadores que trabalham com cultura e memória. No caso de Goiânia, estas memórias podem ser vistas em trabalhos acadêmicos dentro e fora da História. Ainda nas construções dessas memórias, a autora ressalta a importância que os habitantes da cidade possuem em moldar a urbe nos seus “modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e se divertir” (FENELON, 2000, p. 7).

Considerando Janssen como um morador, sobretudo, como alguém que, além da própria experiência urbana possui os meios de processar as relações dos demais habitantes em linhas e formas, não cabe julgar se ele era a favor de uma melhor qualidade de vida para a população, pois o mesmo tinha grande empatia, ou simpatizava com ideia: *trabalhador feliz = trabalhador competente*. Cabe investigar se tais modos acusados por Fenelon (viver, morar, lutar, trabalhar e divertir) se encontram no trabalho de Janssen, se foram considerados no processo de

elaboração de sugestão ao plano diretor da cidade ou se o documento é puramente técnico? Lendo a historiografia especializada na história de Goiânia, é possível ressaltar a falta dos métodos culturais na análise de algo tão cultural quanto a cidade, numa breve crítica assertiva, os historiadores goianos entendam cultura apenas como algo em cima da mesa e na ponta da enxada. Predominam, portanto, estudos realizados desde a perspectiva da história urbana ou da história política (em função da transferência da capital).

Especificamente sobre Janssen, ao estudar a historiografia de Goiânia, encontrei uma dissertação do programa de Pós-Graduação em História da UFG, que em um capítulo é tratado esse Plano Diretor de Ewald Janssen. No entanto, neste estudo, Janssen não era o objeto central da produção do autor, que fazia a análise de outros planos diretores e por isso não ganha uma análise pormenorizada. (GONÇALVES, 2002).

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento (2007) em seu artigo “*Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*”, uma obra não foge do momento histórico do qual foi produzida. A autora assume uma postura crítica sobre como são feitas as pesquisas envolvendo a história das cidades e do urbanismo em geral. Condena a história que se atem à evolução da cidade apenas com dados quantitativos e que não se preza a tecer uma análise teórica cultural. Este método repete vícios de uma História oficial personalista que nos dá endereço e hora da fundação da cidade, marcos importantes e sujeitos canônicos. Longe de uma falta de crítica aos marxistas, a autora diz que estudos nas décadas de 1960 a 1980 trazem a cidade apenas como pano de fundo para o cultivo do proletariado:

A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia. É, sobretudo, essa dimensão da sensibilidade que cabe recuperar para os efeitos da emergência de uma história cultural urbana: trata-se de buscar essa cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais ‘reais’ à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto. (PESAVENTO, 2007, p. 14)

Percebe-se que a cidade para Pesavento é esse vórtice dialético de diferentes modelos cotidianos. É um constante conflito entre diferentes narrativas que se pretendem oficiais.

A autora afirma que as concepções individuais e totalizantes de uma cidade são criadas a partir de relatos que outras pessoas fazem dela. Neste sentido, as representações existentes das cidades, de forma geral, advêm de uma representação imaginária e sintetizada. Ela nos diz da sensibilidade inerente ao humano de interpretar a cidade. Inerente, pois configura uma

sensibilidade como os outros sentidos que se juntam para formam algo definido e com suas próprias características. Sendo a cidade local de sensibilidade, ela é também local de criação de conceitos, ou seja, local que define o que é e o que não é. Os excluídos, gestos, formas de linguagem, o que é rural, são “representações construídas sobre a cidade” (PESAVENTO, 2007, p. 15).

Ao definir seu passado, a cidade acaba definindo seu futuro. Nessa escrita encontram-se formas, pontos, vírgulas, orações complexas e é “necessário” omitir palavras, acentos, sílabas, sinais. É preciso resumir tudo a algo que torna a compreensão da cidade automática.

[...] projetada por urbanistas com vista a serem construída também guardam com as cidades concretas laços de aproximação complexos. Aqui e ali, a ousadia da imaginação se combinando ao cálculo e à cientificidade dos procedimentos da execução da imagem; lá e acolá, as exigências do realismo documental a serem desafiadas pela força criativa da estética e da sensibilidade (PESAVENTO, 2007, p. 21).

Com base nos estudos dessa mesma autora, tenho noção de que para entender um Plano Diretor feito em 1952 para Goiânia, confeccionado por um imigrante, é necessário compreender o contexto sociocultural da época. Importante saber de onde Janssen fala ao desenhar as linhas. Qual o tipo de Cidade sensível que ele vivenciou para a construção de uma urbe imaginária, funcional e aspirando a perfeição? As soluções que Janssen apontou eram realmente necessárias para a vida cotidiana? Ele levou em conta esses múltiplos modos de viver na cidade? Para quem Janssen desenhou Goiânia?

Traduzindo a ideia de cultura popular de Stuart Hall (2003) presentes em “*Da Diáspora: identidades e mediações culturais*.”, é possível compreender que os modos de vivência e habitação de certo grupo permeiam a cultura, que por sua vez, influenciam nas relações com outros dentro de um mesmo local. Hall critica as duas visões polarizadas entre a total subjugação ou total subversão da cultura popular. Sua solução é colocar em movimento a definição, afirmando que há certa autonomia na cultura popular, que o pedreiro irá escolher se segue ou não a norma da classe dominante, entretanto essa decisão fica limitada ao crivo de certo antagonismo das classes, nos embates, influências, relações sociais presentes na cidade. É uma forma de tirar essa escolha baseada apenas no sistema de produção e colocá-la na vida cotidiana.

Como Richard Hoggart (1973) escreve em “*As utilizações da cultura aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*”, os grupos subalternos não possuem tempo para participar ativamente da vida política, não exercendo uma total democracia e não adquirem ferramentas

para analisar tudo que consomem. Entretanto as ideias são “aceitas” se forem práticas ao cotidiano, e se estiverem ligadas às significações já estabelecidas, como uma identidade. Essas práticas se dão entre pressões e limites, espaço de manobra que Raymond Williams (1979) cita em “*Marxismo e Literatura*”. Esta prática criativa dá às massas certa autonomia, já que não há uma redução de consciência do povo. Ainda, estes limites são a todo o momento empurrados e as pressões liberadas, mas, mesmo assim, há uma dominação, pois, nenhuma narrativa que se cria estará totalmente pronta.

CRIAÇÃO DE GOIÂNIA - BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Para compreender os motivos da criação de Goiânia nos anos finais de 1930, e as ações de Janssen no começo da década de 1950, utilizarei a dissertação, feita na Escola de Engenharia de São Carlos, de Juliana Costa Mota (2004). A autora introduz sua pesquisa com uma justificativa tecnicista do capitalismo, onde a nova cidade seria construída para servir ao novo momento desenvolvimentista econômico que é inaugurado no Brasil pelo Estado Novo.

Além da mudança de poder entre grupos oligárquicos², a “República Nova” mostra a existência de uma necessidade de criação de uma cidade nova e moderna, que agiria de acordo com a dinamização e agilidade do mercado para o centro do país. Assim como os personagens do Estado Novo denominaram o momento anterior da República brasileira como “velha”, a nova capital significaria uma força contrária e moderna às velhas oligarquias goianas.

Com o novo interventor, Pedro Ludovico e Vargas à frente do Estado brasileiro, Goiás manteve sua atividade econômica histórica, a agro-exportação. Entretanto, devido ao anseio tecnocrata e da criação de um mercado interno, essa economia sofreria certo *upgrade* com a “Marcha para o Oeste”, tendo sua produção agilizada e com mais terras, devido ao aumento de fronteiras produtivas, e criando novas relações de trabalho. Goiânia então, se torna o começo e entrada para a exportação de produtos primários e de consumo de produtos industrializados advindos das regiões sul e sudeste

Uma crítica construtiva e relevante sobre a “criação” de Goiânia é a História personalista entre Atílio Corrêa Lima (1901-1943) de um lado e os irmãos Coimbra Bueno e Armando Augusto de Godoy (1876-1944) do outro. Estes quatro personagens fundamentais que trabalharam na idealização e realização arquitetônica e de engenharia na nova cidade, foram inseridos em uma dualidade criada pela historiografia regionalista: Atílio Corrêa Lima é dono de um projeto Moderno, racional e Romântico, que foi sobreposto pela visão de mercado, da

² Sendo os que detinham a hegemonia antes ligada aos opositores de Vargas; e lembrando que Pedro Ludovico, creditado como fundador de Goiânia, foi posto como interventor pelo novo governo.

especulação imobiliária dos Coimbra Bueno com respaldo arquitetônico de Godoy. Ao se considerar esta memória maniqueísta de Goiânia, uma de sua característica histórica e colocada de lado: a especulação imobiliária. Sendo pensada como uma capital, uma cidade grande, se diferenciando dos vários municípios interioranos do Estado de Goiás, Goiânia não teria espaço para a indústria agrária, principal da região. Nos primeiros momentos da nova cidade, houve indústrias que subsidiaram a economia, atraindo novos moradores para a capital; porém, é visível na historiografia local que a venda e compra de terras com o intuito de construir casas foi essencial para o crescimento econômico. Os grupos médios e ricos, advindos de diversas regiões do Brasil compravam casas a partir da propaganda de uma “*Nova Capital*” e os grupos pobres vinham para tentarem uma nova vida e acabavam como construtores da casa dos abastados.

Fato é que Corrêa Lima desiste de supervisionar a construção do plano diretor pela falta de verba do estado, as condições péssimas para o trabalho, certa pressão de sua família devido a distância e a tendência especulativa a que a cidade estava se voltando (MOTA, 2004). Com efeito, após a saída de Corrêa Lima, Godoy faz algumas alterações no traçado original que viria a ser Goiânia, entre elas uma remarcação do Setor Sul, dando importância para lotes dos irmãos Coimbra Bueno. Somando a isso, os irmãos Bueno, sabendo que a cidade não poderia expandir seu território antes de efetuar os loteamentos do Estado, compraram algumas propriedades entre a nova capital e Campinas³. Fizeram lá um empreendimento particular, fugindo da lei ao dizer que o local era uma cidade-satélite.

Nesse cenário sem Lima, há um novo plano diretor, resumido no decreto 90-A de 1998. A lei é o resultado das modificações dos Coimbra Bueno e de Godoy⁴. Neste novo cenário, o trabalho realizado pelo escritório de engenharia Bueno e Cia LTDA. seria paga pelo estado com lotes e uma porcentagem de todo o custo do empreendimento. A empresa dos irmãos, com a desculpa de ter técnicos, compartilhava plantas dos loteamentos no intuito de divulgar o novo projeto e, assim, gerar mais especulação no setor imobiliário. Logo o decreto representa uma flexibilização para projetos privados antes mesmo do núcleo central da cidade ser completamente preenchido.

Minha acepção é que a empresa Coimbra via certo potencial em Goiânia, já que surfava na onda de Vargas, logo eles se apressaram em dar uma expressão nacional do projeto e

³ O atual Setor Campinas já existia durante a construção de Goiânia na condição de município, sua fundação remonta ao século XIV. Com a expansão da nova Capital, o antigo município foi aglutinado e se tornou um bairro,

⁴ Arquiteto que, como muitos outros, prestou serviços à empresa Bueno e Cia LTDA, durante a construção de Goiânia.

demarcaram rapidamente um loteamento, com o propósito de se apoderar da novidade do centro do cerrado.

Fazendo um diálogo com Pesavento, Oliveira cita que a cidade não cria nada, ela apenas “[...] atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações” (OLIVEIRA, 2002, p. 2) e dessa centralidade ela cria. As criações são produtos que conceituam a cidade, que a representa. É uma narrativa que parte de outras narrativas. O autor é conciso ao dizer que a Narrativa que se tem de uma cidade é uma escolha da classe dominante.

Essa visão “correta” da cidade é a mesma que Pesavento adverte para que não tomemos como única, e é a mesma que a História do urbanismo por muito tempo considerou quando via o território urbano como um laboratório da divisão do trabalho.

OLIVEIRA (2002) diz que impera na cidade uma “paternidade” do Estado, logo é ele quem aglutina todos os significados. A capital, não só sua criação e expansão baseada em necessidades próximas, não foi feita pelos seus próprios moradores. Seja no centro projetado por Attilio e Godoy ou nos loteamentos privados, a expansão teve o imperativo do mercado como motivador. Essa análise ainda pode ser considerada quando o autor diz sobre certa autonomia do crescimento urbano levando em consideração o aspecto econômico que o país tinha nos respectivos momentos históricos:

Conseqüentemente, uma vez que os interesses que orientavam a formação de seu espaço urbano (com base nas relações sociais de produção local e regional) subordinavam-se – apesar de garantirem, pela sua especificidade no sistema geral de produção, uma autonomia relativa – ao projeto político de desenvolvimento nacional, as mudanças ocorridas neste nível afetavam os cursos do desenvolvimento da cidade, o que surtiria efeitos substanciais no processo de definição social de seu espaço. Por isso, a cada alteração desse sistema houve uma correspondente mudança no padrão de desenvolvimento de Goiânia. (OLIVEIRA, 2002, p. 6)

Essa paternidade pode ser resumida na marcha para o oeste de Vargas. É uma cidade feita pelo e para o capital, na visão de Oliveira.

No caso de Goiânia é o Governo o agente hegemônico que irá definir um significado único para a cidade. No começo se tem o Estado como aquele que está organizando a cidade, mesmo uma organização para o capital, que se põem acima de qualquer divisão social existente, criando condições de infraestrutura para todos. Atraídos por esta visão, chegaram pessoas de baixa renda que, ao perceber que o discurso do estado era só para alguns, vão morar em acampamentos improvisados e constroem as “invasões”. Essas moradias construídas trazem

para o plano sensível a divisão social. Neste momento temos a face autoritária do Estado que se assume como repressor e expulsa os vários trabalhadores que começam

[...] a colocar em risco a organização do espaço nos moldes propostos e determinados por ele. Ao fazê-lo ele regulariza a materialização da sociedade no espaço e se ela está dividida em classes, o espaço vai expressar essa mesma divisão. (OLIVEIRA, 2002, p. 10-11).

Outra ressalva a se fazer da consideração da narrativa dominante é um certo vício presente na academia vindo da lógica Althusseriana, que considera os dominados como passivos. Ora, se realmente houvesse certa sujeição desta classe, a cidade seria um espaço sem diferenças sociais, tudo seria conduzido pela e para a elite e todas as decisões prejudiciais aos trabalhadores seriam aceitas, pois estes pensariam como a elite. Isto não cabe numa cidade como Goiânia que possuía certo marasmo em tratar ocupações de terras.

A ação do Estado permite avaliar que esta foi a sua política de habitação social: ao mesmo tempo em que atuava com rigor e determinação para a construção da cidade planejada não se propunha a tratar seriamente o problema da habitação popular e era conivente com a construção da cidade informal, inicialmente nas próprias terras públicas. Sem uma política habitacional, o Estado foi conivente com a descaracterização da cidade planejada pelas invasões, prática esta que se tornaria comum na cidade. (MOTA, 2004, p. 36).

Faço uma análise dessas primeiras ocupações em Goiânia considerando que foi não só uma “solução para a moradia da classe de baixa renda” (MOTA, 2004, p.36), mas algo que o estado permitiu⁵ para manter a força de trabalho perto sem a necessidade de lhe dar uma moradia digna. Além da história de abandono das classes menos favorecidas entendo isso como uma política de “contenção de gastos”.

Na década de 1950 ocorre a criação de 106 loteamentos particulares; na década de 1960, apenas 20; na de 1970, 28. Mesmo com os números diminuindo ao longo das três décadas é interessante notar que na década de 1950 o estado flexibiliza ainda mais a criação de loteamentos particulares (OLIVEIRA, 2002, p. 10). É nesse momento de apropriação de núcleos urbanos por empresas e sujeitos privados que Janssen chega à Capital e começa seus primeiros trabalhos como topógrafo. Esses primeiros contatos de uma Goiânia sem infraestrutura, sem coordenação do Estado, segregada, espaçada, vai ter reflexo em suas propostas já em 1952. Em pouco mais de três anos, ele já compreende quais são os problemas, os projeta para o futuro e oferece soluções.

⁵ Permitiu ou não deu importância à regularização dos locais ocupados por moradores de baixa renda. Também não reprimiu de imediato. Numa última análise, era cômodo ao governo a situação dos trabalhadores mais pobres, pois assim não precisaria arcar com despesas de urbanização e saneamento básico.

Num período de três anos, temos três regulamentações que dão margens para o crescimento exponencial dos loteamentos privados. Em 1947, há um decreto que visa regular as atividades privadas do parcelamento de terra em termos da dimensão dos lotes e da obrigatoriedade de uma infraestrutura mínima. Apenas com isto já temos uma abertura maior. O decreto perdurou até 1950, com a lei 176 “que revogava os artigos do Decreto 574/1947 que obrigavam a implantação de infraestrutura mínima pelo empreendedor” (MOTA, 2004, p. 42). O que é mais atrativo ao capital do que a desobrigação em dar condições mínimas ao cidadão? Durante o período que a lei estava em vigor “exigia-se dos empreendedores apenas a locação e abertura dos logradouros. Estes só poderiam ser pavimentados depois de receberem rede de água e esgoto” (MOTA, 2004, p. 40). Com isto, se instalava em Goiânia uma festa do setor imobiliário, o Estado não tem total controle dos novos planos, pois ele já estava tomado por pessoas ligadas ao setor. O plano diretor vigente neste período dava diretrizes apenas à uma área de 15 km em volta do marco zero, depois disso o trato com o solo tomou diferentes direções. Janssen participa desse momento de efervescência, há projetos dele assinados nesse período.

“[É] o momento em que os “interesses privados” entenderam estar amadurecidos suficientemente para abrirem e conduzirem o mercado imobiliário. Assim, procederam à criação de condições (políticas) para a alteração do aparato jurídico que regulamentava a cidade. Nesse movimento destacou-se a figura do governador Jerônimo Coimbra Bueno, “legítimo representante dos interesses imobiliários” que “sanciona a lei n. 176, oriunda da Assembléia Legislativa, que revoga as seções 5 e 6 do Código de Edificações – exatamente as disposições que exigiam a implantação de infraestrutura” [...]. uma vez que esses grupos se constituíram como empresários capitalistas, seu comportamento político mudou, levando-os a se articularem no interior da sociedade civil criando entidades de representação e se projetando na política institucional. (OLIVEIRA, 2002, p. 11-12)

Em 2010 foi defendida uma tese de doutorado na Faculdade de História da UFG, produzida por Wilton de Araújo Medeiros, sobre a História de Goiânia em que Janssen é citado. O autor usa o alemão para explicitar uma falta de conexão entre as áreas em expansão na cidade entre 1950 e 1954, questão observada pelo topógrafo estrangeiro. Além do recorte de data, são usados apenas pareceres e relatórios feitos pelo topógrafo para o DVOP – Departamento de Viação e Obras Públicas (MEDEIROS, 2010). É dito que em 1951 o topógrafo dá um parecer sobre o bairro do Setor Leste, que em como em outros dois citados, discorre sobre os problemas estruturais da cidade, tais como, largura de ruas, tráfego, serviço sanitário, margens de córrego, entre outros. Podemos colocar como problemas de trânsito e ambientais.

Wilton Medeiros ainda coloca Janssen como um “outsider” para a urbanização, tanto no campo das ideias como na memória. O autor da tese também afirma a falta de produções sobre o topógrafo, e quando há, ele é colocado em caráter secundário. Explicando, Janssen não era Brasileiro, representava um país gerador do horror da guerra, seu diploma alemão de “engenheiro técnico em ciências de medição” é posto de lado, também não há produções suas no campo acadêmico da época, provando um possível esquecimento.

As afirmações de Wilton Araújo de Medeiros são feitas com documentos encontrados no Museu Antropológico, os mesmos documentos que trabalho e cuja análise pretendo aprofundar. Medeiros (2010) afirma:

Como se vê, *Janssen* considerava que a especulação desenfreada de loteamentos em Goiânia desabonava e desacreditava a administração da cidade, chegando ao ponto de ser técnica e moralmente injustificável. Com isso, Janssen mostra outro aspecto desse hiato da urbanística nos anos de 1950, ou seja, a gritante necessidade do poder público em obter legitimidade para poder valer as diretrizes dos planos, já que tudo se esgarçava diante do intenso processo de urbanização. Além de propor a reedição da obrigatoriedade de infraestrutura, Janssen propõe algumas padronizações nos projetos de loteamentos. (MEDEIROS, 2010, p. 154)

Em certo documento, Janssen explicita o problema de Nova Iorque⁶, que é analisada por Lewis Mumford como local da especulação imobiliária que possui um caráter técnico e voltado diretamente para o capital: “tais planos não serviam para nada que não fosse uma pronta divisão da terra, uma pronta conversão das fazendas em terrenos de especulação e uma rápida venda” (MUMFORD, 2008, p. 503). Crítica agressiva de Mumford que cabe tanto à Nova Iorque quanto ao que Janssen produziu em Goiânia. O capital imobiliário preocupava-se com a melhor divisão, com melhor lucro e neste primeiro momento a natureza era completamente ignorada. A razão moderna traspassava de modo boçal os níveis e desníveis do solo; pelos cursos e des-cursos dos rios. Análise correta, que se mostra nos cadernos de Janssen, mas que não é diretamente usada.

Jogo duplo é a pretensão do dono da terra e do topógrafo. De um lado temos àquele que está atrás do lucro com o parcelamento e a venda da terra, se importando com os traçados retos e antinaturais; de outro, alguém que conhece todos os percalços da natureza sobre os cálculos matemáticos. Nos memoriais descritivos e em cartas se vê que Janssen buscava fazer a compensação das terras quando algum obstáculo do ambiente se encontrava.

⁶JANSSEN, Ewald. Relatório Urbanização de Goiânia. Coleção Ewald Janssen, 2018.03.0349, Museu Antropológico da UFG. S.d.

Mumford afirma que “em relação ao urbano, o capitalismo é antihistórico” (MUMFORD, 2008, p. 493), diz isso ao tratar das demolições de casebres antigos e a rápida construção de prédios conforme o mercado evoluiu. A mudança, porém, em sua visão, é necessária para história e é nessa mudança que vemos a transformação para uma “aventura comercial privada, a ser afeiçoada de qualquer modo que pudesse aumentar a rotatividade e fazer subirem mais ainda os valores dos terrenos.” (MUMFORD, 2008, p. 504).

Janssen, no decorrer da sua vida, produziu uma grande quantidade de materiais de várias tipologias. No acervo do museu há croquis, mapas, cadernos de campo, cartas, anotações, rascunhos e relatórios. Pode-se dizer que uma grande parcela dos materiais cartográficos presentes na coleção do museu não é de autoria do urbanista, mas contam como materiais de apoio, e estes, geralmente, são cópias.

Como o nome já diz, os cadernos de campo compõem o suporte de escrita mais próximo, isto se evidencia pela presença de terra e outras sujidades nas folhas. Há também que se considerar que não era usado apenas para anotações rápidas de trabalho, visto a enorme complexidade de cálculos matemáticos e topográficos presentes. As anotações e rascunhos avulsos compõem grande parte do acervo, nesses estão presentes cálculos, lembretes, listas, telefones, endereços, desenhos rápidos, etc.

Sobre os mapas copiados, pode-se dizer que, para o trabalho da magnitude geográfica que possuía, é necessário um suporte de trabalhos já existentes. Isto se evidencia pelos sobrescritos com canetas e lápis sobre os documentos. Por outro lado, é dada a autoria dos croquis à Janssen, pois são resultados subjetivos desses trabalhos e pela letra do alemão que é tão característica.

As cartas são poucas e sempre se referem aos trabalhos do urbanista. Os receptores das cartas quase sempre são prefeituras das cidades do interior de Goiás onde Janssen trabalhou. Nos relatórios estão os memoriais descritivos, que são os pareceres legais sobre a geografia de respectivos loteamentos, também se encontram documentos oficiais. Ao total são mais de mil e oitocentos itens que compõem o acervo, alguns não foram e outros serão analisados pelo meu recorte geográfico que compõem a cidade de Goiânia. E em questão ao recorte temporal, não é possível saber exatamente a data de todos documentos, porém os datados se encontram dentro das décadas de 1950 e 1970.

Os documentos que apresentarei aqui foram classificados como “relatórios” pela equipe do museu - UFG. Estes são únicos, pois mostram qual a cidade sensível que Janssen teve contato em seus poucos anos na cidade e mostra a cidade imaginária, resultado de significações cotidianas que se apresentam na forma de uma visão única para Goiânia.

JANSSEN E GOIÂNIA – COMO UM URBANISTA INTERPRETA A CIDADE

Datado em 27 de dezembro de 1952 encontramos na Reserva Documental do Museu Antropológico da Universidade de Goiás o documento intitulado “Plano de Urbanização”,⁷ escrito por Janssen, que o divide em três partes: “plano funcional das áreas; plano do traçado; plano funcional da localização e respectiva distribuição das áreas públicas e sociais”. Entretanto há somente a parte escrita do “Plano Funcional das áreas”, que leva em conta as necessidades estéticas e econômicas para o desenvolvimento das regiões, é uma necessidade propagandística para a venda. Nela há áreas comerciais, residenciais, industriais, área verde. O topógrafo alemão considerava a geologia do terreno, áreas já urbanizadas, combinação harmoniosa, estética, econômica e técnica, os traçados quando na produção de um plano praticável.

Um dos problemas quando se estuda a produção de Janssen é saber delimitar o quanto ele cede à pressão da especulação imobiliária na cidade. Ele é ciente desta necessidade para o crescimento da capital, o que carece de estudo é a compreensão de entender se ele enxerga a clivagem social presente em Goiânia, se há um “público” que ele quer atingir ou se ele tem certo ideal de integrar os habitantes por completo à urbe. Sendo um estudo urbanístico, aqui há de considerar que, por ser uma representação da cidade, o autor buscará formas de resumir seus traçados para uma só urbe que abrigaria todos os tipos de sujeitos sociais. Janssen trabalha para o Estado, acima disso tem pretensões artísticas em seu trabalho arquitetônico. Goiânia, ainda no período embrionário, possuía um caráter elitista, Attilio já defendia em seus planos essa diferença em zonas, umas próximas ao centro da cidade, onde os funcionários públicos morariam e a outra a ser implementada para os operários das futuras indústrias (sinônimo de modernização). No trabalho de Janssen não fica claro se ele é crítico ou se exaltava essa diferença sócio-urbana. Ele planejava (ou pensava numa regulação) de áreas residenciais próximas às fábricas. Afastando-o duma exaltação de diferença social, eu cito suas ideias de parques para lazer. Em planos como o de Godoy, esses parques não são citados nas regiões ao norte de Goiânia. Ora, se há uma preocupação com o lazer dos trabalhadores, há uma preocupação com seu estilo de vida. As casas perto das indústrias servem também para evitar o tráfego pela região central da cidade no deslocamento diário do trabalhador, problema quase insolúvel em grandes cidades.

Em maio de 1952 há um trabalho extenso de Janssen, em que ele irá criticar a expansão desordenada da cidade (reflexo das leis de 1947 e de 1950) e propor um crescimento interno de

⁷ JANSSEN, Ewald. Plano de Urbanização – Goiânia (Parte). Coleção Ewald Janssen, 2018.03. 0190, Museu Antropológico da UFG. 1952.

Goiânia antes de se ligar aos outros municípios do entorno⁸. No início da fonte, comenta que os limites da cidade acompanham uma linha racional e não natural, que o tamanho da área (de 15 km a partir do marco zero) é muito extensa, o que provoca um grande número de loteamentos que impediria uma organizada urbanização da cidade; propõe pontos para uma melhor urbanização, como a separação em áreas que a expansão deve chegar e de outras que não. Tem em vista que deve se pensar a cidade ainda para poucos habitantes, 8mil. Frear essa desorganização do crescimento que se tem em Goiânia seria um projeto incompatível com o mercado de imóveis, a isto Janssen dá a justificativa que

A completa supressão de traçados urbanos Nesta Capital, onde os lotes constituem elementos de relevante valor econômico e, vem aproximar Goiânia de todas as Cidades do País, seria muitíssimo prejudicial por estas razões recomendo sejam permitidos os traçados das áreas vagas ainda existentes dentro dos perímetros urbanos. (JANSSEN, 1952).

Vejo isto como certa condescendência ao mercado imobiliário, ele não pede para que o Estado pare de autorizar os loteamentos particulares, mas que as áreas ainda não trabalhadas dentro do raio de 15 km, que são “buracos” provocados por bairros construídos longe uns dos outros, sejam aproveitadas nesse movimento de expansão interna.

Em outro documento, de 12 de fevereiro de 1952, Janssen faz uma previsão de aumento da população goianiense através da exploração mineral no estado, da utilização da hidrelétrica em Cachoeira Dourada (sul do estado) e pela construção de Brasília. Entendia que, para isso ser bem aproveitado, a cidade precisava de uma organização bem definida, harmoniosa e racional.⁹

Seria ousadia criticar o projeto elaborado pelo saudoso urbanista Dr. Abilho (*sic*) Correa Lima. Seus ideais e sua visão geral estão acima de qualquer crítica e encontra a admiração de todos, entendidos ou não no assunto. Infelizmente, esse plano foi mutilado em vários sentidos, e em setores adjacentes as ideais foram abandonadas por completo e projetados bairros de traçados retangulares e monótonos [...]. Os excessos de cruzamentos de ruas com a Avenida mais importante, a Anhanguera, é condenável. Fôra de projeto de responsabilidade oficial um grande número de projetos particulares foi executado que representa, sem dúvida, uma louvável iniciativa particular: Mas, com exceção de uns poucos, todos outros bairros são orientados por interesses puramente financeiros não visando o conjunto orgânico da urbanização geral da cidade. Foi esquecida a organização de um plano geral orientando obrigatoriamente todos os demais projetos particulares no sentido das explicações acima feitas [...]. Com a pretensão de ‘fabrica’ lotes residenciais em grande escala existem atualmente aglomerações de bairros residenciais sem comunicações racionais aos bairros industriais, aos centros de trabalho.

⁸JANSSEN, Ewald. Delimitação dos perímetros urbanos e das cidades satélites da Cidade de Goiânia). Coleção Ewald Janssen, 2018.03. 0245, Museu Antropológico da UFG. 1952.

⁹JANSSEN, Ewald. Exposições sobre a Urbanização da Cidade de Goiânia. Coleção Ewald Janssen, 2018.03. 0247, Museu Antropológico da UFG. 1952.

Na situação criada pelos fatos a distância entre a habitação e o lugar de trabalho é demasiada e além dessa dificuldade o cidadão, muitas vezes, tem que atravessar o centro da cidade, cujas consequências indesejáveis são demonstradas evidentemente pela situação desastrosa nesse sentido em que se combatem as administrações do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, sem falar nos efeitos psíquicos sobre os habitantes. (JANSSEN, 1952).

Janssen parece compartilhar da visão romântica incorporada ao primeiro Plano Diretor de Atílio Corrêa Lima, tão presente na historiografia de Goiânia. Longe de trazer um anacronismo com os trabalhos acadêmicos, leio em Janssen uma busca no passado para justificar suas ações no presente. Ele faz uma aproximação de suas ideias com o primeiro esboço da cidade, que no momento de sua criação, significava o que era de mais moderno em termos urbanísticos. Trago aqui uma perspectiva de assimilação cultural. Janssen busca a criação de algo para Goiânia se baseando em seus estudos, em outras cidades e busca na memória arquitetônica de Goiânia (ele fala com membros do DVOP) a esperança de um futuro moderno, que porventura, se perdeu com os interesses privados.

A urbanização não é uma simples divisão de áreas em lotes, mas abrange a soma assuntos como são: O tráfego, a economia, a sociologia, a Higiene, a estética, o clima etc. E somente respeitando o conjunto de todos eles, será garantida uma obra vital e orgânica. (JANSSEN, 1952).

Importante reconhecer que Janssen sempre se mostra preocupado com o funcionamento orgânico da cidade. Ao escrever isso, o alemão reafirma sua opinião acerca da falta de planejamento da capital e dos interesses privados que atrapalham uma organização total que levaria em consideração as características que cita no trecho anterior.

Em abril de 1954 Janssen assina como técnico urbano o “Novo Plano Diretor”, endereçada ao diretor do DVOP, Eurico C. de Godoi¹⁰. É um plano diretor da cidade de Goiânia requerida pelo governador. Antes de entrar no assunto, Janssen adverte a falta de uma planta geral de Goiânia feita pelo estado, ele se baseou em um documento de um escritório privado. Prova que o governo entregou à iniciativa privada qualquer tipo de expansão urbana, origem do crescimento desordenado da capital.

Este documento tem uma extensão um pouco maior que os outros aqui analisados. Um diferencial dele é o tratamento de áreas residenciais próximas às estações ferroviárias e zonas industriais. Janssen lembra com certa frequência da necessidade de áreas verdes para recreação e renovação do ar. Fala em áreas verdes nos córregos Macambira, Ribeirão, Anicuns além do Rio Meia Ponte: “O operário, com a família vai descansar. ‘As duas funções desta área são:

¹⁰JANSSEN, Ewald. Novo “Plano Diretor” da Cidade de Goiânia. Coleção Ewald Janssen, 2018.03. 0249, Museu Antropológico da UFG. 1952.

produtivas e sociológicas para possibilitar o descanso do elemento trabalhador da cidade” (JANSSEN, 1952).

Em relação ao exposto acima quero esclarecer que pela exigência do item 3, as despesas de um loteamento a ser aprovado vão se elevar de tal maneira que não é mais interessante fazer loteamento longe da cidade construída. Visto que pela legislação atual não é possível proibir loteamentos, estas exigências técnicas representam o único meio seguro para evita-los, que nem técnica ou moralmente são justificáveis, os quais somente servem para desacreditar o caráter sereno e honesto do plano diretor da cidade [...]. É conhecido que outras cidades tem se valido desses recursos técnicos para impedir a especulação desenfreada e desabonadora

Visa este trabalho principalmente dificultar novos loteamentos injustificáveis pela aplicação de exigências técnicas rigorosas com o fim de evitar seja desmoralizando e desacreditado o serviço público incumbido da fiscalização e orientação do serviço de urbanização de Goiânia. Isto traria três vantagens muito grandes:

1)Seria possível entrar no serviço de melhoramento da parte já projetada e aprovada sem ficar sempre desorientado pela abundância de novos loteamentos.

2)Evitar-se-ia no futuro por causa do conglomerado de loteamentos fora da delimitação se não houvesse mais a possibilidade de elaborar nesta ‘soma’ uma urbanização atualizada que leva-se em conta as exigências de uma urbanização moderna em período futuro, fato este ainda impossível de ser determinado.

3)Pela planta oficializada e publicada em todo o país, não será mais possível prender ao nome de Goiânia fatores de descrédito e desbono quanto ao valor comercial de seus imóveis. Pela planta automaticamente ficarão classificados os diversos loteamentos, dando facilmente uma orientação real e verdadeira dos imóveis.

É uma questão de responsabilidade pública conseguindo meios satisfatórios, para salvar o traçado e bom nome de Goiânia, a capital caçula, porque do contrário, transformar-se-á a situação e, anarquia cada vez maior. A parte jurídica deve ser resolvida com a mínima demora, para impedir que sejam lançados em última hora inúmeros ante-projetos injustificáveis os quais dificultariam sobremaneira o propósito de melhorar a situação. (JANSSEN, 1952).

Ademais de uma obra detalhada dos problemas de Goiânia, trazendo soluções modernas, demonstrando que entende a necessidade da especulação imobiliária, e que ela pode coexistir com uma cidade planejada, Janssen parece ter sido ignorado pelos seus pares no Estado, pois a Goiânia contemporânea sofreu as mazelas que Janssen denunciou há mais 60 anos atrás.

CONCLUSÃO

Por que Janssen achou necessário um novo plano diretor após duas décadas de existência da capital? A especulação imobiliária, para ele, maculou um futuro ideal em termos urbanísticos. Ele via a oportunidade de intervir em uma cidade modelo para o urbanismo, considerando a pouca idade de Goiânia. Não tratei aqui dos seus memoriais descritivos que são

feitos a cada projeto. Alguns destes documentos datam de antes dos aqui mostrados e neles há medidas feitas pelo topógrafo para resolver os problemas que ele apresenta nos relatórios. Janssen não só acusava, mas partia para ação direta.

Ainda há uma carência enorme em relação aos trabalhos de Janssen, há ainda perguntas a serem feitas e respondidas, entre elas cito: Se essas mudanças propostas por ele trariam algum benefício para a população em geral e não só um grupo específico.

Nota-se que Ewald Janssen endereça estes relatórios/ensaios para funcionários do DVOP. Talvez seja por ele ser um e já estar acostumado com o ambiente, ou por considerar que é dever do Estado este zelo no âmbito urbanístico, não apenas em manter serviços essenciais funcionando, mas em uniformizar as construções. Importante lembrar que nos estudos de Pesavento (2007) e Oliveira (2002), até mesmo as construções são significações da cidade e a tutela do Estado seria a representação do grupo dominante que busca gerenciar todas as memórias a fim de se manter como dominante. Não vejo em Janssen uma crítica firme pela complacência do Estado ao abuso do poder privado, vejo uma crítica às pessoas que estiveram à frente do estado. Nota-se a diferença é uma visão personalista e até paternalista dos mecanismos estatais provenientes do período moderno, do cientificismo do final do século XIX que coincide com o nascimento do urbanismo moderno. Janssen, apesar de usar de métodos racionais e científicos para seu trabalho, considera, e muito, o papel do trabalhador, em especial seu modo de viver e se locomover, entretanto não é uma ponderação que leva em conta as formas únicas que as pessoas criam e usam no cotidiano, ele está em busca de, em certa forma, impor sua narrativa do como uma cidade deve ser e de como um cidadão deve-se portar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CORDEIRO, Narcisa Abreu; FERREIRA, Rogério Arédio. Alameda dos Buritis: Goiânia - Goiás - Moradores Pioneiros - décadas de 1940 e 1950. Goiânia: Kelps, 2017.

FENELON, Dea Ribeiro. *Cidades: pesquisa em história*. São Paulo: Olhos D'Água, 2000.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *A Construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)*. 2002. 207f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003, p. 248-264.

HOGGART, Richard. O deslascar das molas da acção. In: As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Ed. Presença, 1973, p. 9-54.

MEDEIROS, Wilton de Araujo. Goiânia Metrópole: Sonho, Vigília e Despertar (1933/1973). 2010. 338 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MUMFORD, Lewis. A cidade na História: suas origens, transformações e perspectiva. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 812 p. Tradução de: Neil R. da Silva.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. 2004. 218f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. *Do pântano ao jardim: uma nova esperança: a produção social do espaço em Goiânia*. 2002. 188 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) - mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WAR, Trace Of. Janssen, Ewald. 2018. Disponível em: <<https://www.tracesofwar.com/persons/23534/Janssen-Ewald.htm?c=aw>>. Acesso em: 01 set. 2018.